



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	A efetividade das políticas públicas de planejamento urbano na evolução urbana
<b>Autor</b>	MATEUS AUGUSTO GABE
<b>Orientador</b>	LIVIA TERESINHA SALOMAO PICCININI

O presente trabalho, cujo desenvolvimento e resultados parciais são aqui descritos, representa uma etapa de uma pesquisa maior e que já vem sendo desenvolvida desde 2010 e que tem por objetivo interpretar a evolução de situações urbanas através da aplicação de uma estrutura de análise ampla e estruturada, que apresenta como motivação central o exame da efetividade das ações que se abrigam sobre denominações de políticas públicas urbanas. Optou-se, ao considerar os processos de planejamento urbano, por Habitação de Interesse Social (HIS) como frente de trabalho e, como objeto de estudo, o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. A etapa da pesquisa aqui referida consistiu em um estudo de caso focado no empreendimento do “Minha Casa Minha Vida” voltado para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, “Residencial Camila”, onde se buscou através da aplicação de um questionário com os responsáveis pelos domicílios: (i) verificar o perfil socioeconômico do responsável pelo domicílio e sua família; (ii) identificar os principais deslocamentos realizados pelo responsável do domicílio; (iii) quantificar o índice de satisfação do responsável pelo domicílio e o em relação à aspectos construtivos, arquitetônicos e urbanísticos do empreendimento. A população alvo foi definida como os responsáveis pelos domicílios, o método de amostragem foi por conveniência e o tamanho mínimo de amostra foi definido como 75% do total (144 dos 192 responsáveis por domicílios). Na etapa de planejamento e elaboração do questionário foram definidas 40 perguntas objetivas e uma pergunta de resposta aberta, distribuídas em 6 etapas. Para as perguntas objetivas se utilizou como referência conceitos e definições utilizados pelo Censo do IBGE. O questionário concluído foi aplicado e os dados coletados foram passados para o meio digital, onde foi realizada a análise estatística das informações para posterior discussão dos resultados. Devido ao grande número de assuntos abordados no questionário os resultados aqui descritos são parciais. Foi constatado que a maioria dos responsáveis pelos domicílios são mulheres, adultas com ensino fundamental completo e renda média de 1 a 3 salários mínimos. Entre os problemas verificados no condomínio estão: (i) a venda e aluguel ilegal dos domicílios; (ii) a presença de comércio informal e de tráfico de drogas dentro do condomínio; (iii) a adaptação ilegal das casas para fins de comércio; (iv) o problemas nos sistemas de esgoto e drenagem pluvial; (v) o isolamento acústico inadequado nas edificações; (vi) a insatisfação dos moradores com o Demhab e a Prefeitura, pela falta de assistência após o momento da entrega dos domicílios; (vii) as poucas linhas de transporte público disponíveis na região; (viii) a dificuldade dos moradores em administrar e realizar a manutenção dos espaços de uso comum do condomínio. Os resultados obtidos nos permitem concluir que o modelo de condomínio horizontal fechado adotado no Residencial Camila não parece ser o mais adequado para a população nessa faixa de renda, uma vez que esses moradores não conseguem garantir a manutenção e segurança do condomínio com recursos próprios, o que acaba favorecendo a presença do tráfico de drogas e outros problemas associados a violência. A falta de fiscalização e acompanhamento regular por parte dos órgãos público por sua vez contribui para a venda e adaptações ilegais nas habitações. Por fim, a localização periférica do empreendimento dentro da malha urbana do município dificulta e restringe o acesso desses moradores aos serviços urbanos essenciais, especialmente o transporte público e equipamentos de cultura e lazer.